



Ter uma sociedade civil atuante é condição essencial para enfrentar os desafios sociais, culturais e ambientais da atualidade.

Qual é a sociedade que queremos?

Se queremos uma sociedade civil forte no Brasil, o que fazer para cultivá-la?

O que precisamos fazer para criar o nosso futuro?



Sociedade Civil 2023

Quatro cenários transformadores para inspirar, desafiar e estimular o futuro da sociedade civil organizada no Brasil

PARTICIPE DA CONVERSA:
www.sociedadecivil2023.org.br #sociedadecivil2023 www.facebook.com/sociedadecivil2023

mapse.net.br + pratadesign

O QUE SÃO CENÁRIOS?

Cenários são histórias que descrevem o que poderia acontecer no futuro a partir do olhar de hoje.

A construção de cenários é um exercício de suspender desejos e respostas, buscar enxergar para além de previsões e projeções e refletir na variedade de futuros possíveis.

QUEM PARTICIPOU DESTA PROJETO?

Um grupo diverso de atores de todas as regiões do Brasil que representam organizações da sociedade civil, movimentos sociais, governo, empresas, universidades, mídias e coletivos de jovens. Expressaram suas visões sobre o presente e o futuro por meio de entrevistas, oficinas presenciais e mensagens pela internet.

Não perguntamos a eles o que querem que aconteça, mas, sim, o que é que pode acontecer.

POR QUE FAZER CENÁRIOS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA AGORA NO BRASIL?

A sociedade civil organizada no Brasil vive um momento instigante, criativo, de muitas mudanças, perguntas e possibilidades. As manifestações de junho de 2013 mostraram uma sociedade civil em transformação, influenciada por novas tecnologias de comunicação e novos modelos de organização em rede. Com a economia do país reconhecida como emergente, as formas de financiamento têm mudado – o apoio internacional foi reduzido e novas fontes de recursos nacionais começam a surgir. Provocado pela sociedade civil, o Governo Federal estabeleceu como prioridade repensar as formas de realizar parcerias com organizações da sociedade civil e melhorar o ambiente regulatório onde elas estão inseridas hoje no Brasil.

Nesse contexto, surgiram algumas perguntas:

- Qual será, nos próximos anos, o papel das organizações da sociedade civil no Brasil?
- Como elas vão se relacionar com a população em geral, com as empresas e os governos?
- Como serão financiadas?
- Qual vai ser o impacto das novas tecnologias nas suas formas de atuação?
- Conseguirão a sociedade civil e os governos ampliar a garantia de direitos, a sustentabilidade socioambiental e a democracia?

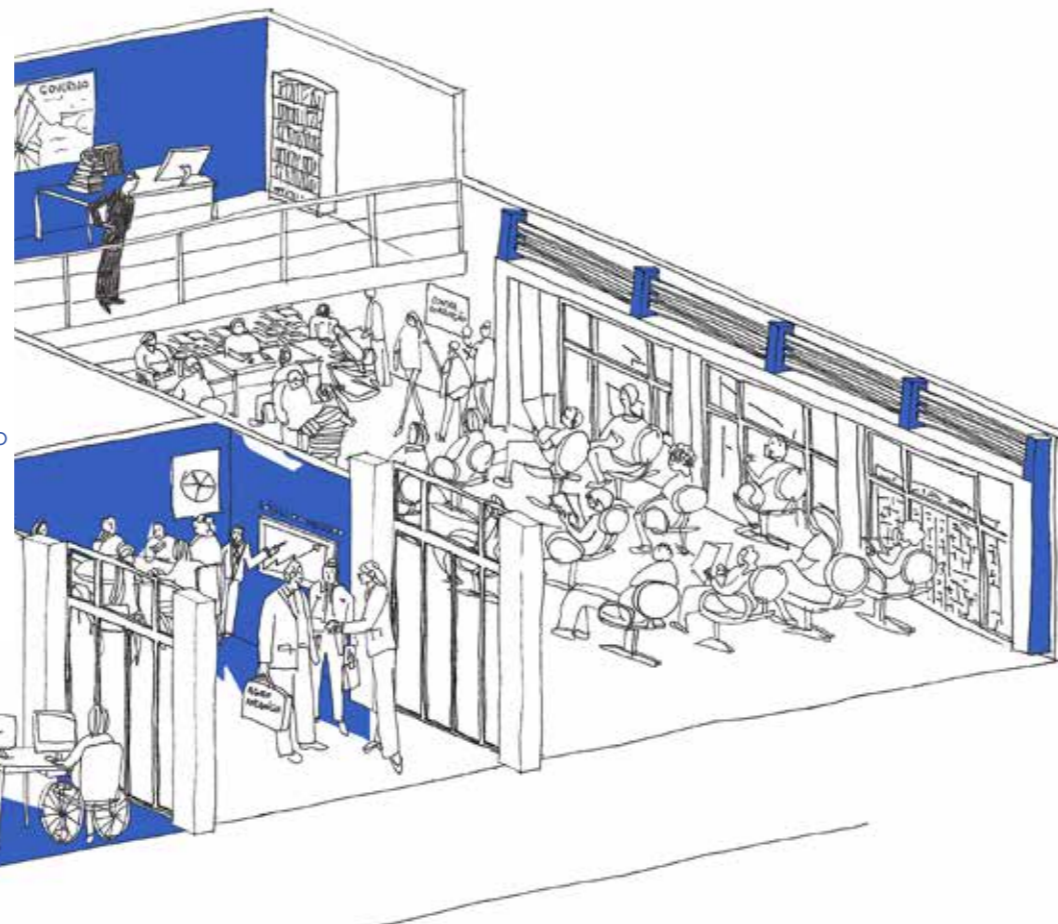
HORIZONTE 2023

2023 foi o ano definido pelo grupo como horizonte do exercício, sendo um tempo considerado razoável para a consolidação das mudanças projetadas.

O grupo batizou seus cenários inspirado por brincadeiras infantis: o **mestre mandou**, em que todos seguem um guia; a **amarelinha**, em que é preciso se equilibrar para sair do inferno e chegar ao céu; o **passa anel**, onde o negócio é dissimular para quem foi passada a joia; e a **ciranda**, onde todos se dão as mãos para cantar e dançar juntos.



Neste cenário, as organizações da sociedade civil estão sendo fortemente impactadas pela lógica do mercado. A administração pública é altamente burocratizada e privilegia o controle dos aspectos financeiros e contratuais. O Estado tecnocrático incorpora as pautas de lutas sociais desde que estas se adequem ao mercado. As organizações que se opõem são vistas como antipatriotas. Existe uma forte investigação das organizações em nome de combate à corrupção. Aquelas que conseguem alcançar contratos dos governos e das empresas por meio dos editais sobrevivem como prestadoras de serviço. As organizações mais combativas não conseguem se sustentar e outras mais estruturadas se mantêm com recursos da cooperação internacional. Há uma multiplicação de institutos vinculados a empresas privadas, financiando projetos próprios.



O Mestre Mandou

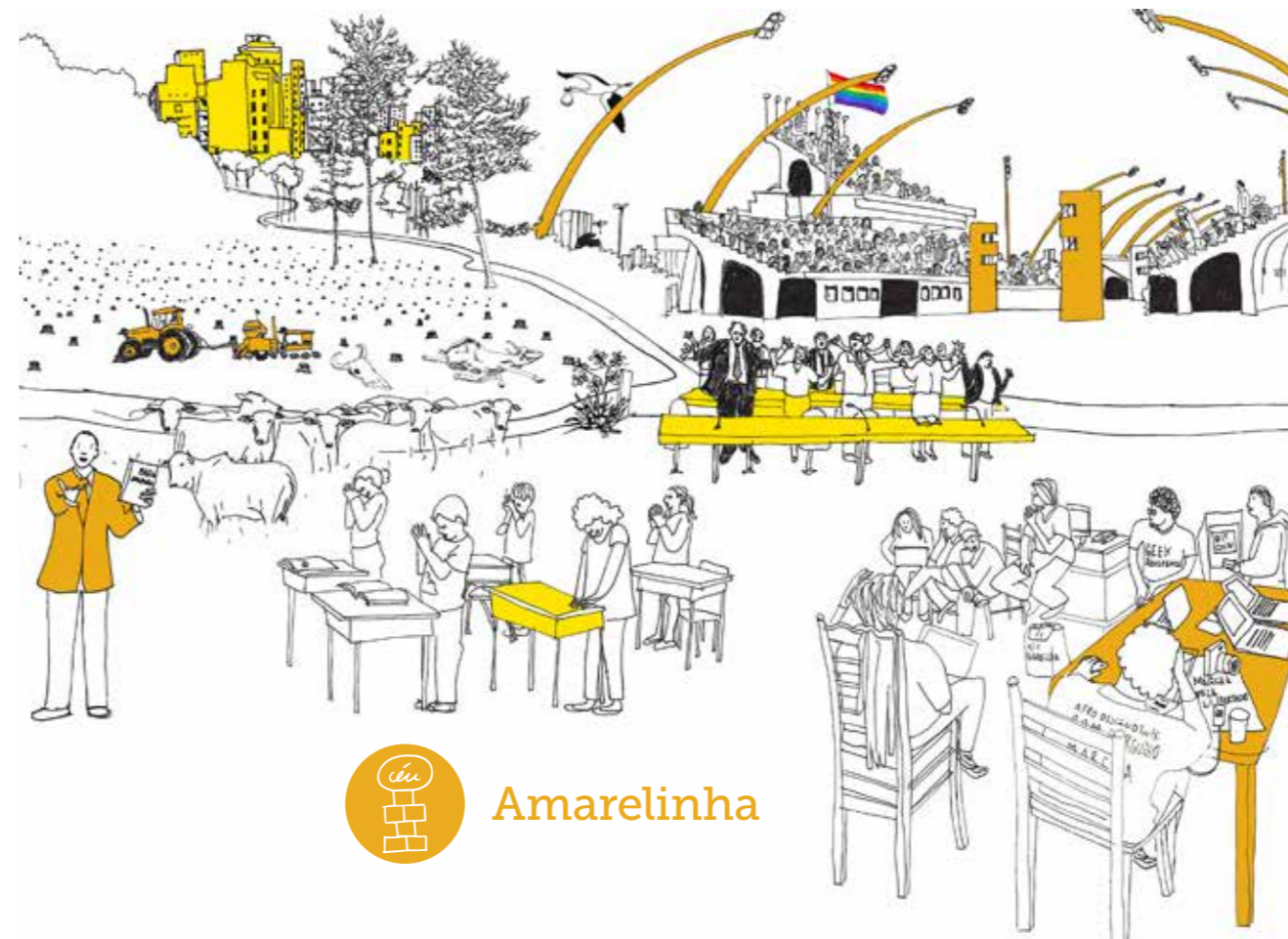


Ciranda



As organizações da sociedade civil, as empresas, os governos e os cidadãos atuam em rede, em um relacionamento de conexão, interdependência e cooperação. A sociedade participa da definição, monitoramento e avaliação de políticas públicas e as OSCs investem muito para criar canais de comunicação efetivos e diretos com a população. A presença da nova geração possibilita uma sinergia interessante com membros da "velha-guarda", unindo inovação e comunicação horizontal e instantânea ao embasamento histórico e posicionamento político. A sustentabilidade econômica das organizações está calcada em diversos tipos de financiamento, com forte contribuição de indivíduos. Apesar de a economia ainda ser amplamente baseada na exportação de commodities e no consumo de bens industrializados, o governo amplia os investimentos em novos formatos de empreendimentos solidários e criativos. A banda larga proporciona maior acesso à informação, o que gera um salto quantitativo e qualitativo na participação social da população nos rumos da política do país.

QUAIS OS CENÁRIOS?



Amarelinha



Passa Anel

O Brasil aparenta ser melhor do que realmente é. Conceitos relacionados à inclusão e aos direitos humanos estão na mídia e no discurso dos governantes e parlamentares, mas não se refletem em suas ações. A pasteurização do discurso dificulta a denúncia de violações e a identificação de diferenças políticas. Existem conselhos participativos em todas as regiões e todos os setores, porém sua real incidência em políticas públicas é baixa. Há avanços na esfera legislativa, mas estes ainda não se traduzem em melhorias efetivas para a população; existem grandes déficits na implementação das políticas públicas. A população tem dificuldade de compreender o que fazem e o que propõem as organizações da sociedade civil; as informações e o debate público são pautados quase exclusivamente pelas grandes empresas de comunicação. Há um crescimento no número de organizações que buscam solucionar problemas sociais na lógica do mercado, com o discurso do empreendedorismo social.

A sociedade brasileira dá uma guinada neoconservadora. Surgem governantes que, ao proteger valores da família e da propriedade, geram retrocessos na conquista de direitos. As organizações que defendem os direitos de minorias são crescentemente excluídas das parcerias com o Estado. Algumas sobrevivem com doações de fundos independentes, de indivíduos e empresários progressistas, além da cooperação internacional. As grandes emissoras de rádio e televisão são dominadas por grupos religiosos e dependentes da propaganda governamental. A educação religiosa confessional é tida como prioritária nas escolas públicas. As organizações do campo de direitos criam estratégias de ação inovadoras, com base em tecnologia da informação, organização em rede e tecnologias sociais. Isso revigora suas lutas. As organizações com estruturas administrativas mais complexas e que requerem financiamento mais contínuo encontram muita dificuldade para sobreviver.

